

**TIME OUT**

Business  
& Leisure



A economia nas suas mãos  
eco.pt

# ECO

Nº 4 • €

Março 2024

Diretor  
**António Costa**  
Diretora-Executiva  
**Ana Marcela**

Periodicidade  
10 x an

**LEGISLATIVAS 2024**

## As empresas não podem parar

EDITORIAL

**MAFALDA REBORDÃO**

**“País está  
a tornar-se uma  
estância de  
férias ou um  
lar de idosos”**

Líder empreendedora, 26 anos,  
trabalha na Google em Londres,  
integra o conselho estratégico da CIP  
e o grupo de reflexão de Marcelo.

**MULHERES COM ECO**

Elas falam sobre os  
desafios no mundo do  
trabalho e das empresas



# CAPITAL

# A tem perfeita nas insolvências

Da vulnerabilidade na indústria e no comércio aos “encerramentos silenciosos” na restauração e hotelaria, passando pelo esvaziamento na agricultura, os processos de insolvências voltam ao léxico empresarial e ameaçam derrubar o “dique” do emprego.

**ANTÓNIO LARGUESA**

**D**epois de dois anos com valores anormalmente baixos que refletiram o efeito de “almofada” de muitas das medidas de apoio às empresas implementadas no período pandémico, o número de insolvências em Portugal disparou entre 14% e 18%

em 2023, atingindo quase 2.000 empresas. A subida dos custos de financiamento e das matérias-primas, os problemas nas cadeias de abastecimento, a perda de velocidade das principais economias e a instabilidade resultante dos conflitos ar

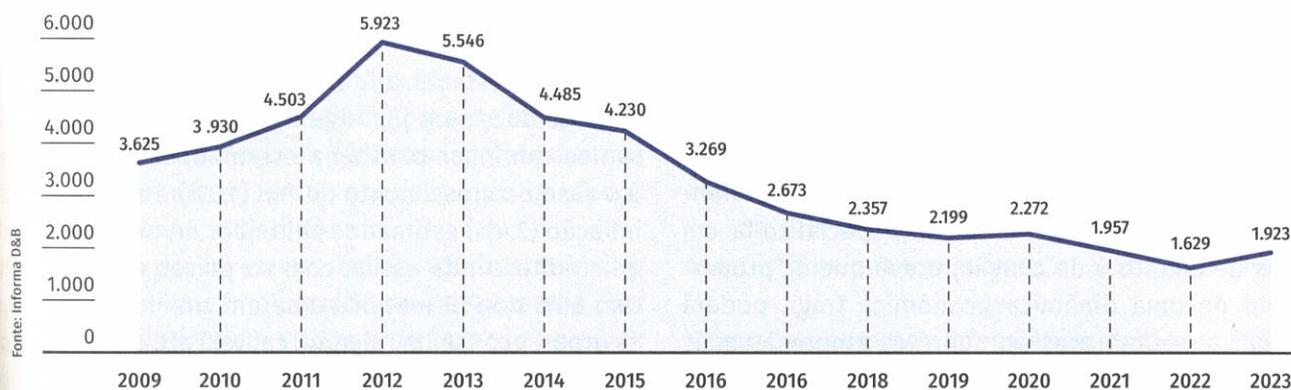


**LER AQUI**  
[eco.sapo.pt](http://eco.sapo.pt)

# estade

## Evolução dos processos de insolvência em Portugal

Insolvências de empresas e outras organizações: entidades com processos de insolvência iniciados no período considerado, com publicação no portal Citius do Ministério da Justiça até 31 de janeiro de 2024 (exclui empresários em nome individual).

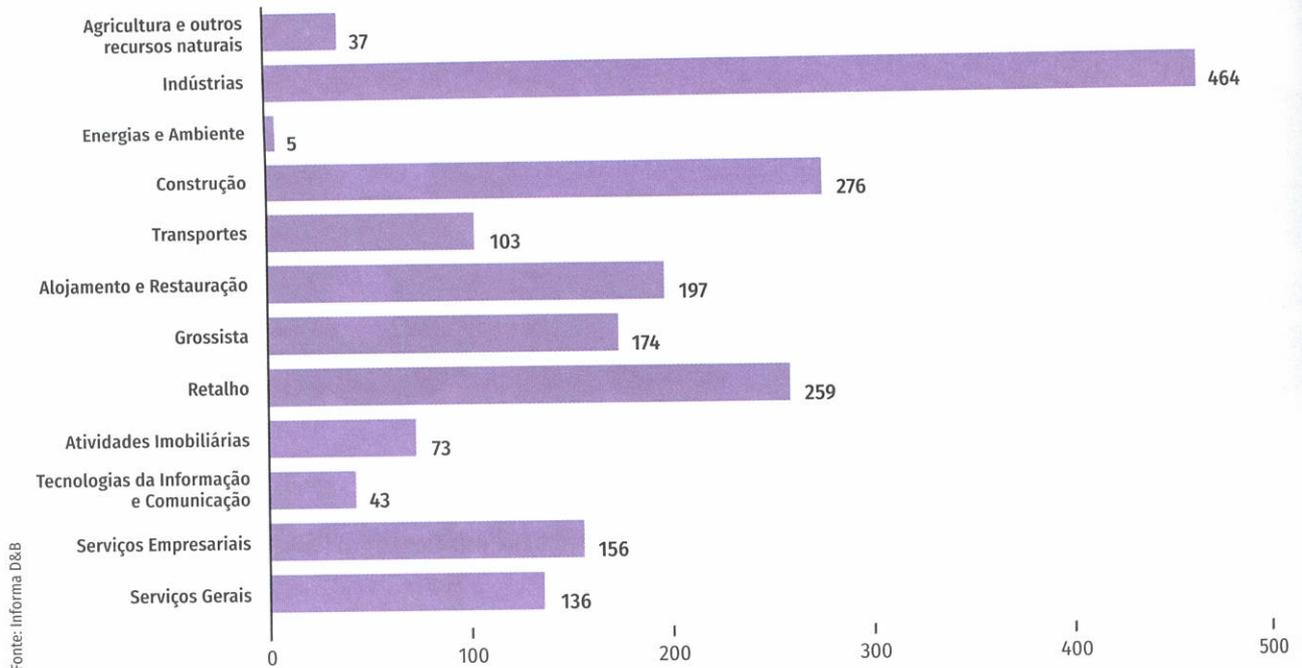


dos na Europa e no Médio Oriente ou o reforço das tensões geopolíticas e das rivalidades comerciais formam uma “tempestade perfeita” nos fatores de risco, agravada pelo cenário de incerteza política, o que leva os especialistas a anteciparem para este ano um novo

aumento de casos, já para níveis superiores aos registados antes da pandemia.

A COSEC fala num aumento “consistente” do número de insolvências em Portugal, com as micro e pequenas empresas (faturação abaixo dos 500 mil

## Insolvências por setor de atividade (2023)



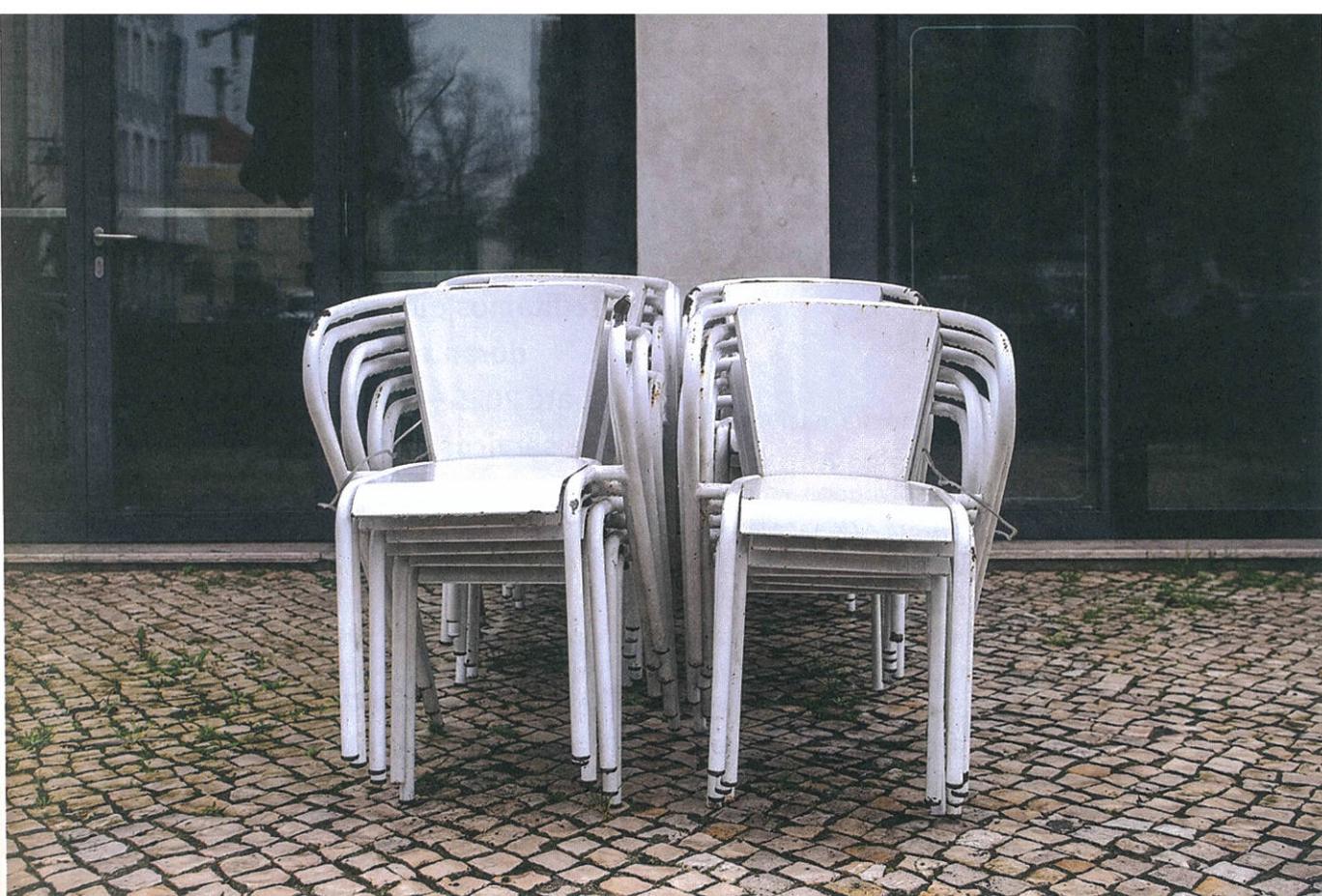
euros) de serviços, construção, retalho e têxteis a serem as mais afetadas por este fenómeno, representando em conjunto 60% do total. A Allianz Trade, que recentemente adquiriu a participação do BPI tornando-se acionista única da empresa especializada em seguros de crédito e de caução, prevê que o “prolongamento de uma dinâmica económica frágil poderá continuar a exercer pressão sobre as empresas mais vulneráveis, projetando uma subida das insolvências empresariais de 19% em 2024 e de 10% em 2025 — acima do nível global (9% e 0%, respetivamente)

Em termos de regiões, os casos têm e vão continuar a ter “maior escala” nos grandes centros urbanos do Porto, seguidos da zona de Lisboa, pela dimensão e maior concentração de empresas.

André Granado, administrador executivo da COSEC, acredita que “as tendências de crescimento homogêneo nas insolvências possam ainda durar mais algum

tempo até estabilizar”, embora note que alguns indicadores dão, para já, “alguma expectativa de que possamos caminhar para uma estabilidade maior”, como é o caso do crescimento do PIB (1,3%) e até da taxa de inflação (2,4%) estimados pela líder mundial de seguros de crédito. Ainda assim, com os países que representam 60% do PIB mundial a serem chamados este ano às urnas, aconselha “alguma cautela até o cenário económico e político ser mais claro”.

Paulo Morais, diretor da Crédito y Caución para Portugal e Brasil, sente o tecido empresarial “mais consciente quanto à importância de dois elementos vitais para a sua capacidade de resistência: a preparação das suas operações comerciais e a prevenção”. Em concreto, uma maior procura de soluções que permitam, por um lado, conhecer melhor os mercados e os potenciais parceiros de negócio, tanto no mercado interno como nos mercados de exportação; e, por outro lado,



Hugo Amaral/ECO



preservar a solvência e o equilíbrio das contas em caso de incumprimento. Ainda assim, mostra-se apreensivo com o disparo homólogo de 50% das insolvências nos dois primeiros meses deste ano, segundo os dados recolhidos pela filial Iberinform

Até final de fevereiro regista 822 insolvências, mais 272 que no mesmo período do ano passado, com incrementos de 47% em Lisboa e de 122% no Porto, as regiões com valor absoluto mais elevado. Só quatro distritos — Portalegre, Évora, Viana do Castelo e Leiria — evidenciaram decréscimos neste arranque do ano. Por setores, os meses de janeiro e fevereiro foram particularmente críticos, em termos comparativos, nas áreas da eletricidade, gás, água, das telecomunicações (+100%), na indústria transformadora (+84%), hotelaria e restauração (+65%), comércio a retalho (+39%), comércio de veículos (+39%), transportes (+35%) e construção e obras públicas (+32%). Apenas dois seto-

res — catalogados como agricultura, caça e pesca; e indústria extrativa — não viram crescer este indicador. Face à conjuntura atual, o responsável “colocaria prudência na análise da evolução das atividades ligadas ao setor da energia e dos combustíveis, no setor da construção e nos transportes”.

#### “Dique” no emprego e fuga à liquidação

Os patrões reconhecem que “o contexto é difícil interna e externamente”, que “os sinais são inquietantes” e que “as dificuldades são evidentes”. Preocupado com a incerteza política — “um país sem solução governativa é um país em câmara lenta; tendo em conta a nossa fragilidade económica, este é um problema espinhoso e perigoso” —, Rafael Alves Rocha, o diretor-geral da Confederação Empresarial de Portugal (CIP), particulariza a situação na indústria como “muito preocupante, tendo em conta a debilidade e a

importância” que tem para a economia nacional. De acordo com os dados da Informa D&B, as indústrias representaram um quarto das insolvências empresariais em 2023. Os casos aumentaram 47% face ao ano anterior, mais de metade do aumento total verificado.

No âmbito laboral, depois de ter ouvido o governador do Banco de Portugal, Mário Centeno, alertar o poder político para ter em conta que o ciclo de quase pleno emprego não durará para sempre e que é preciso acautelar a fase seguinte, Rafael Alves Rocha dramatiza. “Se e quando este dique ceder, então as insolvências terão tendência a alastrar-se”, alerta o responsável da CIP. “Temos de fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para evitar este cenário. Temos de agir e não apenas reagir aos problemas quando já há pouco a fazer”, acrescenta. Em janeiro, o número de trabalhadores em *lay-off* mais do que triplicou face ao mesmo mês do ano passado. Segundo o Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do Ministério do Trabalho, quase 11 mil trabalhadores viram os seus contratos suspensos ou horários reduzidos porque as empresas para as quais trabalham entraram em crise. E o número de beneficiários das prestações de desemprego aumentou 7,6%, para quase 198 mil. É o mais elevado desde maio de 2022, segundo as estatísticas publicadas pela Segurança Social.

Nas insolvências, o quadro legal assenta no Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE) e no Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas (RERE), que têm sofrido várias alterações. A CIP defende que deve ser dada uma “primazia clara” a soluções que potenciem a recuperação, face à liquida-

# 47%

**Subida dos casos de insolvências nas indústrias.**

Representam um quarto do total em 2023.

**“A tendência que tem sido registada no último ano e que acreditamos que continuará a ser verificada durante mais algum tempo — até 2025 — é a de que setores como os serviços, construção, retalho e têxtil sejam os mais vulneráveis.”**

**André Granado**, administrador executivo da COSEC

**“O elevado endividamento das empresas, a sua microestrutura, a impreparação económico-financeira de uma boa parte dos empresários, e o atraso e a resistência no recurso a medidas preventivas de recuperação são fatores de risco que podem afetar a sua sobrevivência.”**

**António Emílio Pires**, presidente da Associação Portuguesa dos Administradores Judiciais

ção, e “intensificados” os mecanismos de responsabilização do devedor, sancionando com “regras mais rígidas de responsabilidade civil” os culpados pelas situações de insolvência. E no campo da simplificação, criar uma “conexão mais estreita entre a execução em curso e eventuais situações de insolvência que se lhe sigam”, acompanhada de um reforço da eficiência do próprio sistema judicial.

Os patrões contestam ainda o Processo Especial de Revitalização (PER) não se aplicar às empresas em situação de insolvência atual, mas apenas em situação económica difícil ou de insolvência meramente iminente, o que “impede as empresas economicamente viáveis de poderem beneficiar de um mecanismo célere de recuperação. “Objetivamente, a solução não consegue distinguir realidades inconfundíveis: impossibilidade financeira e inviabilidade económica”, lamenta Rafael Alves Rocha. Cruzando os indicadores de “risco failure” — probabilidade de nos próximos 12 meses uma entidade cessar atividade com dívidas por

liquidar — e de “resiliência financeira” — avalia a capacidade de enfrentar um choque excepcional e não previsto com impacto significativo no seu processo produtivo e comercial —, a Informa D&B calcula que 16,3% das empresas em Portugal “mostram maior risco de não resistir a momentos críticos”.

Nomeados pelos tribunais para gerir ou administrar os processos de insolvência e outros pré-insolvenciais, como o PER e o PEAP (Processo Especial para Acordo de Pagamento), os administradores judiciais acabam por ser o braço e os olhos do juiz. Podem administrar a empresa durante determinado período e elaborar ou supervisionar a elaboração, implementação e cumprimento dos planos e dos processos de recuperação. Não havendo solução, cabe-lhes liquidar o património dos insolventes, fazendo regressar os bens ao mercado e maximizando a satisfação dos créditos dos diversos credores. Recorrendo à experiência destes profissionais, o presidente da Associação Portuguesa dos Administradores Judiciais (APAJ), António Emílio Pires, soma à lista de ameaças à sobrevivência das empresas o “elevado endividamento, a sua microestrutura, a impreparação (iliteracia) económico-financeira de uma boa parte dos empresários e o atraso e a resistência no recurso a medidas preventivas de recuperação”.

#### Fragilidade na indústria e no comércio

Nos últimos dois anos, mostram as pautas de distribuição de processos de insolvência no Portal Citius, o peso da insolvência de empresas no total de processos rondou os 20%. Os restantes 80% são, essencialmente,

# 11 mil

Número de trabalhadores em *lay-off*.  
(contratos suspensos ou horários reduzidos em janeiro).

**“Se e quando o dique do emprego ceder, então as insolvências terão tendência a alastrar-se.**

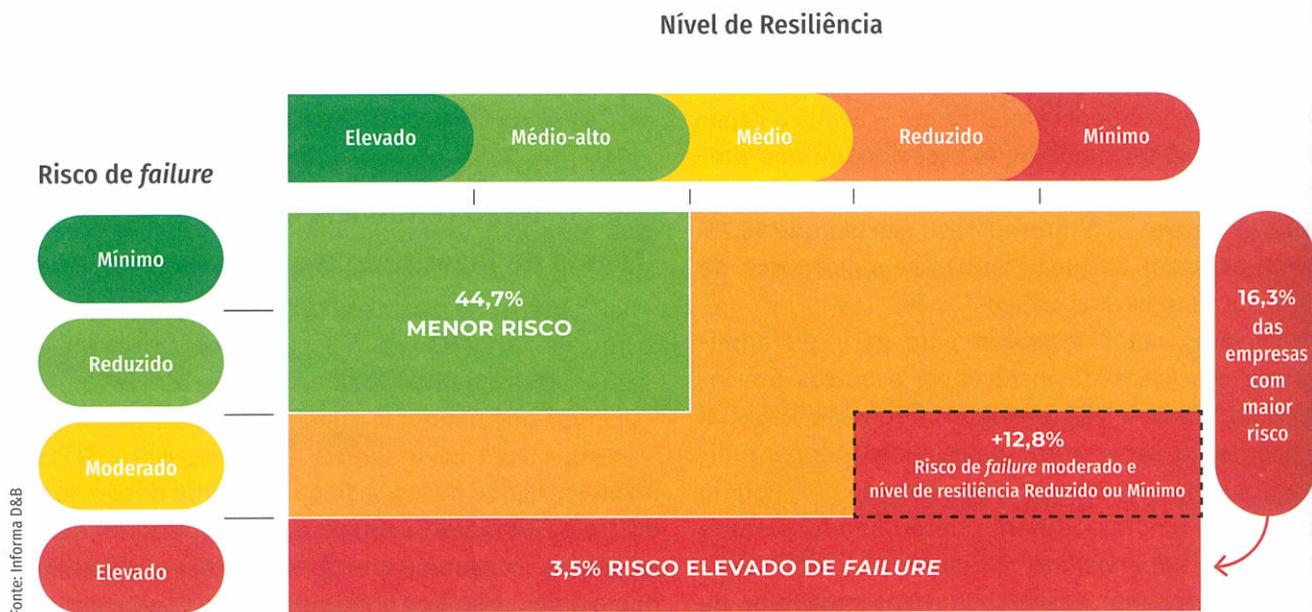
**Temos de fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para evitar este cenário.”**

**Rafael Alves Rocha**, diretor-geral da CIP

insolvências de pessoas singulares, que desde os anos da *troika* têm sido sempre muito superiores aos das empresas — “sendo expectável que tal realidade continua a agravar-se nos próximos tempos”, vaticina ainda o líder da APAJ. Já a evolução em 2024 é “uma incógnita”, dado o cenário de crise política com que arrancou o ano, o tempo que o novo Governo precisará para se inteirar dos dossiês e entrar em velocidade de cruzeiro e, principalmente, as almofadas que o Estado continuar a disponibilizar às empresas, às famílias e à economia para ajudar a mitigar os efeitos das taxas de juro, da inflação, das guerras ou dos custos da energia.

Ainda assim, resume o porta-voz, António Emílio Pires, os administradores judiciais sentem “alguma vulnerabilidade atual no setor têxtil — pelo aumento da concorrência externa e do custo das matérias-primas e da mão de obra, pelo esmagamento do preço pago pelos grandes grupos às empresas de menor dimensão —, no setor agrícola (elevada dependência de subsídio, com a atual incerteza em redor do tema), nos transportes (o aumento do custo da energia e dos combustíveis) e em algumas unidades de comércio”. É o caso da Desfruta, de Moimenta da Beira, que vendia mais de 17 mil toneladas de maçãs por ano e era uma das maiores operadoras do setor, decretada insolvente no verão passado com dívidas de 11 milhões de euros. Ou da VF 1883 Pharmaceuticals, que faliu sem conseguir arrancar com a produção de canábis medicinal em Benavente, embora tenha sido uma das primeiras a obter autorização do Infarmed, pouco antes da pandemia.

## Distribuição das empresas por nível de risco de *failure* e nível de resiliência financeira - Dezembro 2023



No setor têxtil e de vestuário, depois de as fábricas portuguesas verem os clientes internacionais encolher 5,6% as compras no ano passado, para 5.753 milhões de euros, o novo ano arrancou com “expectativas de retoma que, a confirmarem-se, levam a acreditar que não [haverá] o risco de um aumento significativo de insolvências”. Como foi o caso da Ricor, Coelima ou Dielmar. Para já, relata Ana Dinis, diretora executiva da principal associação do setor (ATP), as empresas mais afetadas pela quebra da procura têm estado a gerir a situação com recurso ao *lay-off*, aproveitando algumas para colocar os trabalhadores em programas de formação profissional. Porém, a mesma responsável admite que “a situação não é, de facto, fácil” num setor que enfrenta ao mesmo tempo a escassez de encomendas, a subida substancial dos custos operacionais e financeiros, e que está obrigada a fazer “avultados investimentos” para ser uma indústria mais sustentável, circular e digital. Ana

**“Mais importante do que rever a legislação é desenvolver iniciativas preventivas, que melhorem a capacidade de gestão das empresas, nomeadamente em termos de literacia financeira e domínio dos instrumentos de gestão disponíveis.”**

**João Vieira Lopes**, presidente da CCP

Dinis critica ser “extremamente oneroso encerrar uma empresa” em Portugal e isso favorecer as chamadas empresas *zombies*, que “não são lucrativas e andam a arrastar-se e a afetar todo o tecido económico”. “É aí que precisamos de atuar. Precisamos de ter empresas ágeis, flexíveis, competitivas, e o ordenamento jurídico deve contribuir para este objetivo”, resume.



Pedro Granadeiro/ECO



“Mais importante do que rever a legislação, é desenvolver iniciativas preventivas, que melhorem a capacidade de gestão das empresas, nomeadamente em termos de literacia financeira e domínio dos instrumentos de gestão disponíveis”, sustenta João Vieira Lopes. Juntando os retalhistas e grossistas, o comércio é o segundo setor com maior número de insolvências, logo a seguir à indústria transformadora. “Embora seja expectável um número de insolvências no comércio ainda elevado em 2024, com reservas face à incerteza dominante, será de esperar um aumento menos expressivo do que o observado em 2023”, diz o presidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP).

Mais vulneráveis às insolvências estão as empresas de menor dimensão e mais dependentes de financiamento bancário, em “asfixia financeira” pela subida dos juros, e que não têm a mesma capacidade negocial

**“Temos muitas empresas zombies em Portugal, que não são lucrativas e andam a arrastar-se e a afetar todo o tecido económico. E isto acontece porque é extremamente oneroso encerrar uma empresa.”**

**Ana Dinis**, diretora executiva da Associação Têxtil e Vestuário de Portugal



sobre as condições de financiamento, junto da banca e dos fornecedores. Em termos de subsectores, por terem maior proporção de empresas de menor dimensão e rácios de autonomia financeira e de solvabilidade menores face às grossistas, Vieira Lopes vê maior risco no comércio a retalho e no setor automóvel.

### “Encerramentos silenciosos” na restauração e hotelaria

Depois de ter atravessado tempos tumultuosos a coincidir com a crise financeira internacional e com a intervenção da troika, que numa década reduziu o setor da construção a um terço — entre 2005 e 2015 faliram ou entrarem em processos de recuperação e de insolvência perto de 37 mil empresas e 230 mil perderam o emprego —, nos últimos cinco anos os números estabilizaram, com uma média anual de 236 empresas. O caso mais conhecido é o da antiga Soares da Costa, que tinha, entretanto, mudado de nome para SDCAA - Sociedade de Construções da África Austral. Chegou a ser a maior construtora portuguesa e caiu com estrondo e dívidas de 526 milhões de euros a 2.200 credores. A massa falida continua a tentar liquidar os poucos ativos que restam.

Em 2023, de acordo com a Informa D&B, as construtoras pesaram 14% do total de insolvências no país. Nesta fase, Manuel Reis Campos, presidente da Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário (CPCI), relativiza este fenómeno, lembrando que a estimativa de crescimento de 3% da produção do setor da construção é superior às projeções do Banco de Portugal para a evolução do PIB este ano (1,2%). Nem vislumbra segmentos de atividade mais arriscados, “tendo em consideração o volume de investimentos previstos no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e no Portugal 2030, a que acresce a reduzida oferta no mercado da habitação”.

Na agricultura, respondendo aos principais motivos para o encerramento de empresas do setor, a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), agora liderada por Álvaro Mendonça e Moura, aponta à redução da população que se dedica à área agrícola no país, exposta nos sucessivos recenseamentos agrícolas do INE. Por via de cessação de atividade em final de vida e não transmissão à geração seguinte; da concen-

# 20%

**Peso da insolvência de empresas**  
no total dos processos de insolvência em 2023.

**“A tendência que tem sido registada no último ano e que acreditamos que continuará a ser verificada durante mais algum tempo — até 2025 — é a de que setores como os serviços, construção, retalho e têxtil sejam os mais vulneráveis.”**

**Ana Jacinto**, secretária-geral da AHRESP

tração de propriedade (“o que não será propriamente negativo para o setor”) e da “crescente mecanização e tecnologização da atividade, uma tendência que ocorre no setor na generalidade dos países desenvolvidos”.

Mais vibrante tem estado o turismo em Portugal batendo sucessivos recordes e já acima dos registos anteriores à Covid-19. “Só que este cenário animador não produz os mesmos efeitos nas empresas da hotelaria ou da restauração, sobretudo quando situadas em territórios de baixa densidade, de micro ou pequena dimensão e quase totalmente dependente do consumo interno, e não internacional. São estas empresas que mais dependem dos turistas nacionais as que se encontram mais vulneráveis à perda do poder de compra e da procura e, em última análise, às insolvências”, ressalva Ana Jacinto, secretária-geral da Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP).

Preocupada com estudos recentes relativos ao setor da restauração e bebidas, que comprovam que os hábitos estão a mudar e o consumo de refeições fora de casa está a diminuir em restaurantes, pastelarias ou cafés, Ana Jacinto salienta que os setores da restauração e similares e do alojamento continuam a enfrentar os chamados “encerramentos silenciosos”, a maioria proprietários em nome individual, que não entram nos números oficiais. “Diariamente, nas 14 delegações que tem espalhadas pelo país, a AHRESP regista os testemunhos de associados e empresários em situações de enormes dificuldades, com tesourarias incapazes de manter a sustentabilidade dos negócios e que os obrigam aos encerramentos e às insolvências”, conclui a dirigente associativa. €